

Jornalismo e Gênero no JORUFSC – A formação de Jornalistas em vistas à defesa dos Direitos Humanos

**Journalism and Gender at JORUFSC –
Journalists qualification in pursuit of the
defense of Human Rights**

**Periodismo y Género em JORUFSC – La
formación de periodistas tras la defensa
de los Derechos Humanos**

Enviado em: 08/02/2024
Aceito em: 29/02/2024
DOI: 10.46952/rebej.v13i32.1216



Melina de la Barrera Ayres

melina.ayres@gmail.com

Doutora Interdisciplinar em Ciências
Humanas pela Universidade Federal
de Santa Catarina

RESUMO

Refletir sobre Jornalismo e Direitos Humanos implica, entre outras coisas, pensar sobre a formação dos jornalistas. No Brasil, até 2018, unicamente duas graduações em Jornalismo incluíam em seus projetos pedagógicos disciplinas com o intuito de debater gênero e diversidades: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este artigo aborda a experiência de Jornalismo e Gênero do Curso de Jornalismo da UFSC, oferecida desde 2016 como optativa, na grade obrigatória desde 2020. O estudo de caso aplica a análise documental e entrevistas a estudantes e docentes vinculados à disciplina, evidenciando que, para garantir produções jornalísticas comprometidas com a mudança social, é fundamental discutir gênero e diversidades nas graduações.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo. Gênero. Diversidades. Ensino. Direitos humanos.

ABSTRACT

Reflect on Journalism and Human Rights implies, among other things, think about the qualification of journalists. In Brazil, until 2018, only two journalism degrees included disciplines in their pedagogical projects with the aim of debating gender and diversity: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) and Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). This article addresses the experience of the discipline Journalism and Gender of the Journalism Course at UFSC, offered since 2016 as an optional subject but in the mandatory grid since 2020. The case study applies document analysis and interviews with students and professors linked to the discipline, showing that to ensure journalistic productions committed to social change, it is essential to discuss gender and diversity since graduation.

KEYWORDS

Journalism. Gender. Diversity. Teaching. Human rights.

RESUMEN

Reflexionar sobre Periodismo y Derechos Humanos implica, entre otras cosas, pensar en la formación de los periodistas. En Brasil, hasta 2018, únicamente dos graduaciones en Periodismo incluían en sus proyectos pedagógicos disciplinas que tenían el objetivo de debatir género y diversidades: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) y Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este artículo aborda la experiencia de Jornalismo y Género del Curso de Periodismo de UFSC, ofrecida desde 2016 como optativa, en el cuadro de obligatorias desde 2020. El estudio de caso aplica el análisis documental y entrevistas a estudiantes y docentes vinculados a la disciplina, evidenciando que para garantizar producciones periodísticas comprometidas con el cambio social es fundamental discutir género y diversidades en las graduaciones.

PALABRAS-CLAVE

Periodismo. Género. Diversidades. Enseñanza. Derechos humanos.

1 INTRODUÇÃO

O papel do Jornalismo para a manutenção da democracia é tema de debate e de luta há muito tempo. Entretanto, a relação entre Jornalismo e Direitos Humanos, que para muitos pode parecer óbvia, muitas vezes não está tão clara. Por essa razão, pensar em Jornalismo e Direitos Humanos implica, entre outras coisas, refletir sobre a formação dos jornalistas.

Preocupada com estas questões a UNESCO iniciou em 2005 a elaboração de um Modelo Curricular para o ensino do Jornalismo. A iniciativa visava contribuir para a melhoria da qualidade da formação e, por consequência, da qualidade do Jornalismo produzido ao redor do mundo. Com este intuito a organização selecionou professores da área em países da África, Ásia, Europa, Oriente Médio e Américas do Norte e do Sul, para escrever o programa das 17 disciplinas fundamentais. O documento (UNESCO, 2010), que visa ser um modelo de currículo para os cursos de graduação e pós-graduação em Jornalismo, foi apresentado em 2007, no I Congresso Mundial sobre o Ensino de Jornalismo, realizado em Cingapura¹. No modelo, a organização orientava a inclusão de questões sociais contemporâneas como gênero, diversidade cultural etc., na formação dos jornalistas.

Antes de avançar com esta discussão é preciso explicar que, no Brasil, desde a publicação do Decreto-lei 972/69, em 2009, a formação de jornalistas não é obrigatória para o exercício da função. Entretanto, de acordo com a pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro” (Lima; Mick, 2012), 98,1% dos profissionais que atuam na área possuem formação superior. A formação específica em Jornalismo representa 91,7% dos 2.731 participantes da pesquisa. Outro dado relevante sobre a profissão é a multifunção. A mudança, que começou a se gestar nas redações nos anos 1990 com a incorporação dos computadores e a internet, teve uma aceleração nos anos 2000. Este cenário alterou a rotina, o modo de produção e até mesmo a narrativa jornalística. Se no início as atividades eram distribuídas entre distintos profissionais, com a virada do século e a crescente incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), os jornalistas tornaram-se profissionais multifuncionais “[...] obrigados a atuarem como repórteres, redatores, fotógrafos e cinegrafistas; às vezes

¹ O Modelo curricular de jornalismo da Unesco para o ensino do jornalismo (2010) foi traduzido para o francês, espanhol, árabe, russo e foi distribuído em centros de formação de jornalismo pelo mundo.

ao mesmo tempo” (Nonato, 2009, p. 9). A multifunção, além de complexificar o trabalho, e obrigar os profissionais a desempenhar-se com desenvoltura em distintas frentes, reduz seu tempo para refletir a respeito das decisões tomadas ao longo do processo de produção e escrita de suas matérias, o que torna ainda mais relevante uma formação sólida que discuta gênero, diversidades e Direitos Humanos.

O principal material de trabalho dos jornalistas são as histórias, e cada história tem por trás ao menos uma pessoa, uma vida, que precisa ser respeitada, cuidada, preservada. Já que no dia seguinte o jornalista trabalhará com outra pauta, outra história, mas a vida da pessoa continuará ali pulsante. Por esta razão não há como pensar em um Jornalismo que respeite e promova os Direitos Humanos sem debater as questões de gênero e diversidades. Afinal, como defende Joan Scott, o gênero é uma forma “de significar as relações de poder” (Scott, 1995, p. 21).

Partindo do Modelo Curricular para o ensino do Jornalismo proposto pela UNESCO (2010) e procurando entender o cenário da formação dos jornalistas no Brasil, em 2018 desenvolvi uma pesquisa (Ayres, 2018) na qual analisei a inclusão das questões relativas a gênero e diversidades nos currículos de 10 instituições públicas e privadas das cinco regiões do país. Vale lembrar que, na época, os cursos de Jornalismo de instituições públicas e privadas acabavam de aprovar seus novos currículos, tendo em vista as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (MEC, 2009), que determinavam que as graduações deveriam reajustar seus projetos pedagógicos até 2015. A investigação partia do pressuposto de que o currículo é “um território político” (Silva, 2002, p. 148), onde o conhecimento “[...] carrega as marcas indelévels das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz – culturalmente – as estruturas sociais” (Silva, 2002, p. 147).

A pesquisa permitiu constatar, em primeiro lugar, que o documento das Diretrizes (MEC, 2009) não indica a inserção da temática nos currículos das graduações em Jornalismo. E, como bem argumenta Silva (2002, p. 27), ao refletir sobre o papel do currículo na educação, é este documento que

[...] produz e organiza identidades culturais, de gênero, identidade raciais, sexuais [...] o currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz.

De modo que, a ausência desta orientação se revela nos projetos pedagógicos. Até 2018, unicamente dois cursos de instituições públicas ofereciam disciplinas optativas voltadas especificamente para este debate. Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) oferta-se a disciplina Comunicação e Relações de Gênero; na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a disciplina Jornalismo e Gênero.

Partindo deste contexto, este trabalho tem como objetivo apresentar e debater a experiência da disciplina Jornalismo e Gênero, ministrada no Curso de Jornalismo da UFSC, oferecida aos/às alunos/as desde 2016 como disciplina optativa, mas que passou a integrar o quadro de disciplinas obrigatórias a partir do primeiro semestre de 2020. O estudo de caso aplica como métodos a análise documental de planos de ensino, registros de classe e outros documentos; e entrevistas abertas com alunos/as que cursaram a disciplina e docentes que a ministraram.

2 JORNALISMO E GÊNERO NO JORUFSC

Com seus mais de 40 anos de trajetória, o curso de Jornalismo da UFSC (JORUFSC) acolheu, ao longo de sua história, diversos espaços onde as questões relacionadas a gênero e diversidades estiverem presentes. No entanto, conforme explica o professor Locatelli (entrevista concedida a Melina Ayres, 15 de julho de 2020²), muitas vezes vinculados a interesses pessoais de alguns/algumas docentes que traziam as discussões de maneira transversal em suas aulas. Entre 1990 e 1997 há registro de que a professora Sônia Maluf ministrou as disciplinas Tópicos Especiais em Comunicação: Feminino e Masculino - Imagens e Narrativas; e Tópicos Especiais em Comunicação: Comunicação e Relações de Gênero. De modo que a disciplina Jornalismo e Gênero não foi a primeira a apresentar essa proposta curricular no JORUFSC. Contudo, foi a primeira a ser ofertada a partir de uma perspectiva pedagógica expressa, documentada e formalizada com programa e plano de ensino e foi a primeira a ser incorporada à grade curricular obrigatória.

O processo de criação de Jornalismo e Gênero no JORUFSC iniciou-se em 2015. Na época as estudantes do curso criaram o *Coletivo Jornalismo sem Machismo* e, entre as ações, apresentaram à chefia do Departamento de Jornalismo o pedido de

² Nas próximas referências se usará somente o termo “entrevista”.

formalização de uma disciplina que incluísse debates transversais a respeito das questões de gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, e que tivesse uma bibliografia de referências que contemplasse autoras mulheres e representasse diversos feminismos. As estudantes defendiam que “historicamente o ensino do Jornalismo se baseava em obras escritas por homens, brancos, europeus ou estadunidenses” (Bonaldo; Pereira, 2018, p. 3).

Este argumento estava apoiado em um dos grandes questionamentos que o feminismo faz ao conhecimento científico moderno, ao reconhecê-lo como masculino, branco e heterossexual, apontando para a escassa visibilidade das mulheres neste campo devido a sua constante exclusão. “O consenso entre as teóricas dedicadas à questão é a constatação de que a Ciência Moderna objetificou as mulheres, negou-lhes a capacidade e a autoridade do saber e vem produzindo conhecimentos que não atendem aos seus interesses emancipatórios” (Gustafson, 2019, p. 68).

O que se gestou a partir da demanda das estudantes foi uma mudança na cultura institucional no Departamento de Jornalismo da UFSC. De acordo com Locatelli (2020), “sempre foi um curso feminino nos alunos [alunas], masculino nos professores e masculino na hegemonia. Os professores, via de regra os másculos, sempre tinham a ascendência sobre todas as coisas”. Este pensar e fazer masculinista do Jornalismo é, de acordo com Márcia Veiga da Silva (2015, p. 41),

um paradigma (moderno/colonial/positivista), de um sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista etc.) e de uma epistemologia hegemônicas que se estabeleceriam alguns valores que estão presentes nos saberes produzidos para que sejam entendidos como verdade

Essa perspectiva masculinista, que é identificada pela autora nos processos de produção e nos produtos noticiosos, também pode ser reconhecida no ensino do Jornalismo. Estes valores justificam paradigmas como a objetividade, a neutralidade e a universalidade, tão caros ao fazer jornalístico e tão questionados pelos estudos de gênero e feministas, que propõem uma perspectiva mais plural tanto da realidade como da prática profissional.

A demanda das estudantes, portanto, visava não só um espaço formal para estas discussões, mas tinha o intuito de provocar uma mudança nas relações entre os integrantes da comunidade acadêmica dentro do próprio curso (Bertasso; Nascimento; Gustafson, 2020). No dizer de Locatelli (Ibid.), “elas tiraram os

professores da zona de conforto. Elas questionaram o púlpito [...] o que foi decisivo na construção da disciplina”.

Jornalismo e Gênero foi ofertada pela primeira vez como optativa no primeiro semestre de 2016. O docente foi Carlos Locatelli, chefe de departamento à época. Locatelli, que não é especialista na área, elaborou o plano de ensino conjuntamente com as estudantes e, ao longo do semestre, contou com o apoio e participação de professoras e pesquisadoras especialistas na área de gênero e diversidades. As aulas se organizavam no formato de palestras. Segundo Clarissa Levy (2019), integrante do *Coletivo* e aluna da primeira oferta, a disciplina “funcionou como um ciclo de debates sobre as questões de gênero. Cumpriu uma função importante, mas não era o ideal”. Nesse semestre a disciplina teve 43 alunos matriculados, tendo como pré-requisito ter cursado até a quarta fase. De acordo com o professor, “isso foi o que limitou o número de matriculados, senão ia ter 120! Era um momento revolucionário [...] todo mundo queria fazer [a disciplina]” (Locatelli, 2020).

Em março de 2017, a disciplina foi oferecida pela segunda vez como optativa. Nesse semestre a professora Daiane Bertasso assumiu a disciplina, e contou com apoio de duas estagiárias docentes, Fernanda Nascimento e Jéssica Gustafson, ambas desenvolviam pesquisas na área dos estudos de gênero. Essa oferta reuniu 30 estudantes, muitos deles/delas desejavam ampliar seus conhecimentos teóricos na área, buscando embasamentos para suas experiências pessoais e de militância.

A disciplina manteve a oferta nos dois semestres de 2018, e voltou a ser ministrada no segundo semestre de 2019. Nestas três ocasiões foi assumida pela professora substituta Fernanda Nascimento. Cumpre ressaltar ainda que, no final de 2018, o colegiado do curso iniciou uma revisão do projeto pedagógico e, entre as mudanças, Jornalismo e Gênero foi incluída na grade de disciplinas obrigatórias na primeira fase do curso, com o nome Jornalismo, Identidade, Diversidade e Gênero (a mudança de nome se deveu à necessidade de geração de novo código de identificação). A primeira oferta obrigatória ocorreu em março de 2020. Nesse semestre e no seguinte foi ministrada novamente pela professora Daiane Bertasso.

Ao analisar os planos de ensino das ofertas 2016.1, 2017.1, 2018.1, 2018.2, 2019.2 e 2020.1 é possível observar como a proposta foi se consolidando e ajustando a cada semestre. A começar pela ementa.

Jornalismo e Gênero no JORUFSC – A formação de Jornalistas em vistas à defesa dos Direitos Humanos

Quadro 1 - Ementas das ofertas com destaque para conceitos e concepções teóricas

Semestres	2016.1	2017.1 – 2018.1	2018.2 – 2019.2	2020.1 ³
Ementas	As interferências das convenções de gênero na produção de conteúdos jornalísticos e suas contribuições na reprodução, manutenção, ressignificação ou transformação de representações sociais. Análise das questões de gênero em produtos jornalísticos. Estudos acerca das relações de poder , discursos hegemônicos e ativismo no jornalismo a partir dos debates gerados nos coletivos feministas. Implicações da desigualdade de gênero nas rotinas de produções jornalísticas, através de uma visão voltada à realidade brasileira.	Estudos sobre gênero e relações com cultura, linguagem e poder . Interseccionalidades entre gênero, sexualidade, raça, classe, etnia e geração. Representações de gênero na mídia e no jornalismo.	Estudos sobre gênero, mídia e jornalismo. Linguagem, diferença e desigualdade . Gênero e relações com cultura, identidade e poder . Interseccionalidades entre gênero, sexualidade, raça, classe, etnia e geração. Feminismos. Masculinidades . Representações de gênero na mídia. Produção de sentidos sobre gêneros pelo jornalismo.	Identidade, diversidade , gênero, mídia e suas relações com a cultura. Interseccionalidades entre gênero, sexualidade, raça, classe, etnia e geração. Representações de identidades e minorias na mídia.

³ Primeira oferta obrigatória – a disciplina recebe um novo nome: Jornalismo, Identidade, Diversidade e Gênero.

Jornalismo e Gênero no JORUFSC – A formação de Jornalistas em vistas à defesa dos Direitos Humanos

Fonte: Informações retiradas dos planos de ensino. Elaborado pela autora, 2022.

Na primeira oferta, em 2016, quando a proposta foi encabeçada pelas alunas do *Coletivo Jornalismo sem Machismo* junto ao professor Locatelli, a ementa é extremamente ampla. Chama a atenção que, desde a primeira linha, o conceito de gênero aparece associado ao de convenções⁴. Esta primeira proposta está bastante centrada nas vivências femininas e feministas. Embora haja uma referência às “relações de poder” e às desigualdades, não se incluem categorias como raça, classe etc.

O conteúdo programático de 2016.1 foi organizado em dois grandes blocos: 1. Questões fundamentais sobre gênero; teorias de gênero; introdução às correntes feministas e aos estudos de gênero; e 2. As intersecções entre questões de gênero, feminismo, mídia e jornalismo. Destaca-se que, no segundo ponto, utiliza-se o termo intersecções. Contudo, não se refere ao conceito teórico de interseccionalidade criado pela jurista americana Kimberlé W. Crenshaw, buscando nomear os dilemas estratégicos e identitários encontrados no espaço político, para categorizar as pessoas que sofrem formas de dominações combinadas como, por exemplo, as mulheres negras (Bereni et al., 2012).

Em 2017.1 a professora Bertasso elaborou um novo plano de ensino em conjunto com as estagiárias docentes e algumas estudantes que cursaram a disciplina em 2016.1. Também serviu como fonte de informação um questionário respondido pelos/as estudantes que cursaram a disciplina em 2016.1. Este foi o primeiro plano de ensino formal da disciplina. No documento se organiza um referencial que busca debater o Jornalismo e a Comunicação entendidos como práticas sociais, culturais e de poder. Neste contexto se insere o conceito de interseccionalidade e os debates sobre gênero, raça, sexualidade, geração e etnia, a partir da proposta de Crenshaw (2004). Esta intenção se revela, igualmente, no conteúdo programático e na bibliografia de referência. No item 4.2 do plano de ensino constam: “Gênero e Interseccionalidades: - Movimentos Feministas, - Gênero e sexualidade, - Gênero,

⁴ Convenções de gênero são: o conjunto de valores e ideias relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam estas mesmas convenções e suas práticas (Bonetti; Fontoura, 2009, p. 68).

raça, classe, etnia e geração e - Masculinidades e identidades trans” (JORUFSC, Plano de ensino, 2017.1). Entre as indicações de leituras inclui-se o texto “A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero”, de Crenshaw (2004).

Dialogar sobre gênero implica debater sobre diferentes posições, conceitos, vivências. E isto é feito na proposta de Jornalismo e Gênero desde sua primeira oferta. Entretanto, a discussão ganha centralidade na segunda oferta, quando se incorpora o debate sobre interseccionalidades. De acordo com Bertasso (2019), “a proposta pretendia guiar os alunos no entendimento do jornalismo enquanto esfera de produção simbólica, que interfere também na construção de identidades”.

A ementa elaborada em 2017.1 é mantida na oferta seguinte, que ocorreu, um ano depois, no primeiro semestre de 2018.1, ministrada pela professora substituta Fernanda Nascimento. A docente foi a responsável pelas ofertas 2018.1, 2018.2 e 2019.2. Na quarta e quinta oferta, a ementa é novamente ampliada, são acrescentados conceitos como o de masculinidade, descentrando a vivência de gênero no feminino.

Em 2020 a disciplina é incorporada pela primeira vez à grade curricular obrigatória e passa a denominar-se Jornalismo, Identidade, Diversidade e Gênero, sendo ofertada logo na primeira fase do curso. Nesta nova condição a ementa é bastante similar à oferta de 2017.1, entretanto, são incorporados os conceitos de identidade e diversidade, presentes, inclusive, no nome da disciplina. Estes dois conceitos são centrais para a compreensão de que as vivências e perspectivas em torno ao gênero são únicas e mutáveis. Como bem argumenta Bauman, as identidades são “um processo contínuo de redefinir-se, de inventar e reinventar a sua própria história” (Bauman, 2005, p. 13).

Além da abordagem a partir das identidades, para a compreensão do mundo atual é preciso incluir o debate das diferenças. Estas, no dizer de Homi Bhabha, podem ser as diferenças culturais, raciais, de gênero, de classe e “[...] não seriam problemáticas se fossem apenas diferenças. A questão central é que elas são hierarquizadas socialmente e se transformam em desigualdades” (1998, p. 220), e podem gerar discriminação.

A proposta da disciplina alicerçada nestes conceitos incentiva os questionamentos das relações humanas. Neste entendimento, Bragagnolo e Barbosa defendem que “ao criarmos práticas pedagógicas que tematizem a diferença e a diversidade, estamos provocando e acolhendo os debates sociopolíticos presentes

nas relações sociais” (2015, p. 126). Relacionar estes conceitos ao fazer jornalístico permite, portanto, debater sobre a responsabilidade social do/da jornalista e do Jornalismo e seu papel na mudança social. Conforme Ramaprasad,

O papel da imprensa não é apenas fornecer informações, mas também facilitar a mudança social [...] o jornalismo de direitos humanos é [...] um jornalismo baseado no respeito à dignidade humana, independentemente de cor, nacionalidade, raça, gênero, localização geográfica e assim por diante (Ramaprasad, 2018, p. 62, tradução nossa)⁵.

No que tange aos objetivos da disciplina, na primeira oferta não há referência a eles no plano de ensino. A partir de 2017.1 todos os planos de ensino apresentam esta informação. Embora haja pequenas mudanças em termos pontuais, os objetivos permanecem os mesmos nas edições de 2018.1, 2018.2, 2019.2 e 2020.1. Eles são:

- Refletir sobre a construção sociocultural das relações de gênero, a partir das diferentes perspectivas teóricas, práticas culturais e discursivas que evidenciam as relações de poder;
- Identificar as principais perspectivas teóricas dos estudos de gênero e as tendências contemporâneas dos movimentos feministas;
- Analisar as representações de gênero nas mídias e como as questões de gênero são abordadas em produtos jornalísticos;
- Compreender a produção de sentidos sobre a violência de gênero através dos conteúdos midiáticos;
- Refletir sobre o jornalismo como instrumento de manutenção das desigualdades ou como agente transformador das relações de gênero;
- Identificar as ações/movimentos/práticas de resistências e transgressões na perspectiva de gênero. (JORUFSC. Plano de ensino. 2017.1 2018.1, 2018.2, 2019.2, 2020.1).

De maneira geral os objetivos mostram a abrangência da abordagem que parte do conceito da construção social de gênero e sua centralidade no estabelecimento das relações de poder. Em seguida, avança sobre as teorias e os movimentos feministas, discute sobre o lugar da mídia e do Jornalismo nesse processo para,

⁵ Texto original: “Press role is not only to provide information but also to facilitate social change [...] human rights journalism is [...] a journalism based on the respect for human dignity irrespective of color, nationality, race, gender, geographical location and so on” (Ramaprasad, 2018, p. 62).

finalmente, debater possíveis ações e práticas que permitam repensar a produção jornalística.

Todos estes objetivos são guiados por uma extensa bibliografia de referências básicas e complementares que incluem obras de autoras clássicas como Joan Scott (1995) e seu texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” e autoras mais recentes como Berenice Bento (2008) e seu texto “O que é transexualidade”.

Outro ponto importante relativo ao modo como os objetivos são alcançados tem relação com a metodologia de ensino. A proposta inclui a participação de convidados/as, a realização de análises de produtos culturais, midiáticos e/ou jornalísticos, mas, sobretudo, centra-se nos debates e na realização de dinâmicas. Os debates conduzidos pelas docentes permitem reconhecer e acessar o conhecimento e as experiências de cada integrante do grupo, partindo da concepção de que os saberes são localizados (Haraway, 1995). Ao refletir sobre esta questão, o professor Locatelli (2020) destaca que os debates fomentam o “enxergamento de si mesmo” diante das discussões.

Ainda em relação à metodologia, vale salientar que, embora esta não seja uma disciplina laboratorial, a proposta pedagógica se apoia muito na realização de dinâmicas. O processo de ensino-aprendizagem é entendido como “um *locus* em que cada grupo cria e recria metodologias de ação” (Bragagnolo; Barbosa, 2015, p. 124). Nestas atividades o/a estudante é estimulado/a a sair do campo teórico e colocar os novos conhecimentos em prática. Este movimento incita a que o conhecimento adquirido se transforme em ação. Deste modo, as diversas dinâmicas possuem dois grandes objetivos: reconhecer o saber de todos/as, partindo de suas vivências, e estimular a produção de conhecimento “coparticipado” (Freire, 2011). Os saberes curriculares, teóricos, se fundem a aqueles adquiridos pelas experiências individuais e sociais.

Ao analisar os planos de ensino se evidencia que, à medida que os semestres se sucedem, a quantidade de dinâmicas aumenta. No plano de ensino de 2017.1 constam três dinâmicas; em 2018.1 são quatro; em 2018.2 e 2019.2 constam seis. Essas estratégias metodológicas demonstram o esforço das docentes e estudantes em refletir sobre temas e textos teóricos complexos a partir de experiências compartilhadas no grupo em sala de aula. Isso porque debater sobre gênero e

diversidades implica construir e desconstruir, rejeitar certos valores, preconceitos, discriminações e abandonar análises simplistas.

As reflexões e a prática permitem que os/as alunos/as evidenciem

o sujeito jornalista enquanto integrante de uma dada sociedade, que compreende a realidade a partir de um complexo de formações ideológicas que circulam nela, mas também como construtor de discursos permeados por consenso social (Gustafson, 2019, p. 94).

Esta proposta de fato é vivenciada pelos/as graduandos/as⁶. Entre aqueles/as que foram entrevistados/as destacam-se relatos como:

[...] [Na disciplina] comecei a entender, por exemplo, os aspectos interseccionais, mas eu não sabia que isso se chamava interseccionalidade. Foi ali que virou a chave (Ana, 2019).

Me fez refletir muito [...] a cabeça expandiu num nível muito absurdo. Foi a disciplina que mais me tocou enquanto pessoa. [...] tem a ver com a minha não vivência. Com coisas que eu não vivia e não conseguia enxergar. Eu aprendi muito mais sobre os outros do que sobre mim (Ana, 2019).

Eu sempre volto refletindo para casa. Tipo, pô, não tô considerando isso e isso. Preciso refazer as minhas perguntas [para as entrevistas]. Na hora de escrever o texto eu penso: pô eu tô conseguindo incluir todo mundo? Quais estão sendo minhas fontes? Como estou incluindo essas fontes na minha reportagem, na minha pauta? Quando a gente começa a ler sobre gênero a gente percebe que toda hora a gente não tá conseguindo falar sobre todo mundo (Cláudio, 2019).

Alinhada às falas dos/as alunos/as, a professora Nascimento (2019) avalia: “O certo é que os alunos e alunas que participam da disciplina saem mais combativos e mais questionadores. Talvez com menos certezas. Alguns que são super militantes tinham mais certezas e agora têm menos certezas”.

Assim, a inclusão desta disciplina na grade do Curso de Jornalismo da UFSC, primeiro como eletiva e, fundamentalmente como obrigatória, favorece o rompimento da lógica do ensino do Jornalismo onde persiste a “prevalência das racionalidades do sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista) nas relações de poder e de saber no âmbito universitário” (Silva, 2015, p. 262).

Retomando o pensamento de Áurea Silva, acredita-se que

⁶ O nome dos/as estudantes foi alterado buscando proteger sua individualidade.

Em uma democracia, a comunicação precisa ir além das mídias convencionais e narrar histórias que mostrem a diversidade da sociedade, com exemplos capazes de inspirar e fortalecer a cidadania ativa. Seu papel de interesse público é contribuir para uma reflexão crítica sobre a realidade, o que inclui visibilizar mais mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTI, quilombolas, entre outros grupos não hegemônicos, e adotar práticas afirmativas em seus processos de produção e gestão. É também por meio da comunicação midiática que o poder opressor – tipicamente masculino, branco e heteronormativo – se mantém na sociedade. Não é nova a denúncia de que, por isso, esse campo tende a reforçar as desigualdades raciais de gênero, em intersecção permanente com outras formas de violência (Silva, 2019, p. 17).

3 À GUIA DE CONCLUSÃO

Geralmente quando o Jornalismo pauta os Direitos Humanos as matérias estão relacionadas a grandes catástrofes climáticas, a acontecimentos de grandes proporções como guerras, pobreza, doenças. Mas não é somente disso que se trata. Abordar Direitos Humanos a partir do Jornalismo implica compreender as diversas redes de relações de poder e de dominação; acolher as diversidades, as diferenças culturais, raciais, de classe, de gênero, e as desigualdades por elas provocadas e que são potencializadas quando há interseccionalidades. Implica falar de identidades e das diversas formas de ser e estar no mundo. Para que essa abordagem se materialize nos jornais, nas revistas, na internet e nas rádios é necessário que a discussão se inicie no processo de formação dos jornalistas, nos cursos de Graduação.

Conforme defendem Guzzo e Wolf, “a universidade é um campo fértil para o desenvolvimento de ideias e de práticas sociais transformadoras” (2017, p. 222). É ali onde as mudanças podem ser gestadas e isto é visível no Curso de Jornalismo da UFSC nas diferentes ofertas da disciplina Jornalismo e Gênero. A partir do observado nos planos de ensino e nas entrevistas com os/as docentes e os/as estudantes é possível verificar como a discussão sobre gênero e diversidades amplifica o olhar dos/as graduandos a respeito do fazer jornalístico e os/as torna mais conscientes de seu papel social. Afinal, o Jornalismo é um conhecimento social, uma instância pedagógica, e

ações profissionais genuinamente democráticas, de ampliação de vozes que compõem os discursos noticiosos, e o exercício de alteridade dos profissionais para o conhecimento do Outro podem ser caminhos para contribuir para importantes transformações sociais e culturais (Fonseca; Da Silva, 2011, p. 191).

Incorporar as discussões de gênero e diversidades no Curso de Jornalismo da UFSC não só contribui para que suas produções contemplem as diversidades, e a defesa dos Direitos Humanos, como fortalece os/as estudantes em suas relações de dentro e fora das redações.

Desde seu surgimento no século XIX o Jornalismo acompanha o desenvolvimento e as lutas da sociedade. Ao divulgar os diferentes acontecimentos e mudanças sociais, ele se insere no processo, e também contribui com a mudança. Assim como Ramaprasad (2018), acredito que precisamos discutir sobre uma imprensa não apenas livre, mas responsável. Precisamos discutir um Jornalismo comprometido com a mudança social e isso não é possível sem debater gênero e diversidades desde a formação de jornalistas nas graduações.

REFERÊNCIAS

AYRES, Melina de la Barrera. Gênero e Jornalismo: Do ensino às páginas do jornal. In: MEDITSCH, Eduardo; AYRES, Melina de la Barrera; BETTI, Juliana Gobbi; BARCELOS, Marcelo. **O ensino de Jornalismo sob as novas Diretrizes**. Miradas sobre projetos em implantação. Florianópolis: Insular, 2018, p. 79 - 96.

ANA. [Entrevista concedida a Melina Ayres] 16 out., 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BERENI, Laure; CHAUVIN, Sébastien; JAUNAIT, Alexandre; REVILLARD, Anne. **Introduction aux études sur le genre**. Bruxelles: De Boeck Supérieur s.a, 2012.

BERTASSO, Daiane; NASCIMENTO, Fernanda; GUSTAFSON, Jessica. Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n258720>> Acesso em: fev. 2022.

BERTASSO, Daiane. [Entrevista concedida a Melina Ayres] 16 out., 2019.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BONALDO, Manoela dos Santos; PEREIRA, Eduarda. Coletivo Jornalismo sem Machismo: Militância e produção de conhecimento no curso de Jornalismo da UFSC. In: **I AQUENDA de comunicação, gêneros e sexualidade**. FABICO/UFRGS, 2018. *Anais...* Disponível em: <https://aquenda.files.wordpress.com/2019/04/eduarda-pereira-e-manoela-dos-santos-bonaldo.pdf>> Acesso em: fev. 2022.

Jornalismo e Gênero no JORUFSC – A formação de Jornalistas em vistas à defesa dos Direitos Humanos

BONETTI, Aline. FONTOURA, Natália. Convenções de gênero em transição no Brasil? Uma análise sobre os dados de família da PNAD 2007. In CASTRO, Jorge Abrahão e RIBEIRO, José Aparecido (orgs). **Situação Social Brasileira: 2007**. Brasília: IPEA, 2009.

BRAGAGNOLO, Regina Ingrid; BARBOSA, Raquel. Diversidade como princípio pedagógico inclusivo. In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina; MAGINI, Pedro Rosa (Orgs.). **Livro 2- Módulo II- Gênero, diversidade sexual e religião**; As diferenças de gênero no espaço escolar. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2015, pp.121-139.

CLÁUDIO. [Entrevista concedida a Melina Ayres] 12 dez., 2019.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso: ago. 2016.

DA SILVA, Marcia Veiga. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PPGCOM-UFRGS, 2015.

FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira, DA SILVA, Márcia Veiga. A Contribuição do jornalismo para a reprodução de desigualdades: um estudo etnográfico sobre a produção de notícias. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v. 25. n. 60, 2011. Disponível em: <http://www.unisinus.br/revistas/index.php/versoereverso/issue/view/244>> Acesso em: jul. 2022.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas**: a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo. Florianópolis: Insular, 2019.

GUZZO, Morgani; WOLFF, Cristina Scheibe. Mobilizações feministas e LGBT+ na contemporaneidade: a efervescência dos coletivos na UFSC, em Florianópolis/SC. In: CRESCÊNCIO, Cintia Lima; DA SILVA, Janaine Gomes; BRISTOR, Lidia Schneider (orgs). **Histórias de gênero**. São Paulo: Vernona, 2017, pp. 195-224.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu 5**, 1995.

LEVY, Clarissa. [Entrevista concedida a Melina Ayres] 3 ago. 2019.

LIMA, Samuel; MICK, Jaques. **Perfil do jornalista brasileiro** – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

LOCATELLI, Carlos. [Entrevista concedida Melina Ayres] 15 jul. 2020.

MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo** – Relatório. *Portal do MEC*, Brasília, set./2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

NASCIMENTO, Fernanda. [Entrevista concedida a Melina Ayres] 3 jul. 2019.

Jornalismo e Gênero no JORUFSC – A formação de Jornalistas em vistas à defesa dos Direitos Humanos

NONATO, Cláudia do Carmo Lima. O jornalista em pauta: mudanças no mundo do trabalho, no processo de produção e no discurso. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. **Anais...** Disponível em:<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1120-1.pdf>> Acesso em: set. 2020.

RAMAPRASAD, Jyotika. Journalism as if the people mattered. In: MARTINEZ, Monica; LAGO, Claudia; STROCH, Laura (Orgs.). **Direitos humanos e a pesquisa em jornalismo**. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2018, pp. 57 – 67.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, [p. 71-79], Porto Alegre: UFRGS, 1995. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>. Acesso em: fev. 2022.

SILVA, Áurea Carolina De Freitas. Comunicar e politizar as relações pelo fim das desigualdades. In: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas. **Desigualdades, gênero e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019, pp. 17 – 19.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

UNESCO. **Modelo curricular de jornalismo da UNESCO**. Brasília: UNESCO, 2010.